

# DESAFIOS E REALIDADES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM PELOTAS: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE

Luís Paulo Basgalupe Moreira <sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo explora a discrepância entre a legislação de educação inclusiva e sua implementação prática em Pelotas, através de entrevistas com professores de diferentes níveis educacionais. Utilizando o referencial teórico da complexidade de Edgar Morin, o estudo qualitativo analisa como as leis federais, estaduais e municipais são aplicadas nas escolas para atender alunos com necessidades especiais. As entrevistas foram realizadas com um professor de ensino Fundamental em uma escola periférica e um professor de física em um instituto federal, fornecendo insights sobre os desafios e sucessos na inclusão de alunos com deficiências. O primeiro caso revela uma carência significativa de recursos e suporte, onde a professora enfrenta dificuldades para integrar adequadamente um aluno com baixa visão e deficiência intelectual devido à falta de material didático adaptado e apoio especializado. O segundo caso apresenta um cenário mais positivo, com estruturas e práticas que alinham melhor às exigências legais para a inclusão de um aluno com síndrome de Down. Este estudo destaca a variação na aderência às políticas de inclusão e sugere uma desconexão entre a legislação e a realidade prática. As diferenças encontradas indicam a necessidade de uma fiscalização mais rigorosa e um suporte mais abrangente para assegurar a implementação efetiva da educação inclusiva. Os resultados apontam para a urgência de melhorias no sistema de educação inclusiva, para que todos os alunos recebam uma educação equitativa e de qualidade, conforme prometido pela legislação brasileira. O resumo conclui que, apesar das intenções positivas por trás das leis de inclusão educacional, muitos obstáculos ainda persistem na prática, exigindo esforços concentrados para garantir que a legislação não seja apenas um ideal, mas uma realidade efetiva nas escolas brasileiras.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva, legislação educacional, barreiras de implementação, capacitação docente, diversidade de necessidades especiais.

## INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional regular tem sido um tema de crescente importância nas últimas décadas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e várias convenções internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, enfatizam o direito de todos à educação. No Brasil, a legislação, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece diretrizes claras para a inclusão educacional. No entanto, apesar desses marcos regulatórios, muitos desafios persistem na prática efetiva da educação inclusiva.

---

<sup>1</sup> Doutor pelo Curso de Ciências e Matemática da Universidade Luterana do Brasil - RS, [luismoreira@ifsul.edu.br](mailto:luismoreira@ifsul.edu.br);

Este artigo explora a implementação da educação inclusiva em escolas de Pelotas, uma cidade no sul do Brasil, focando nas disparidades entre as políticas prescritas e a realidade operacional nas instituições de ensino. Através de uma abordagem qualitativa, o estudo examina como as leis são interpretadas e aplicadas por educadores no cotidiano escolar, destacando os contrastes entre as intenções das políticas e as condições práticas de sua execução.

O propósito deste estudo é não apenas identificar os obstáculos à implementação eficaz da educação inclusiva, mas também contribuir para um entendimento mais profundo sobre como as políticas podem ser melhor estruturadas e aplicadas para garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais, possam participar plenamente no processo educacional. Utilizando o referencial teórico da complexidade proposto por Edgar Morin, o artigo busca oferecer uma nova perspectiva sobre a dinâmica e os desafios da educação inclusiva em um contexto brasileiro.

## **METODOLOGIA**

Este estudo utilizou uma abordagem qualitativa para investigar a implementação de políticas de educação inclusiva em Pelotas, escolhendo-se este método pela capacidade de proporcionar uma compreensão profunda das experiências e percepções dos envolvidos, essenciais para entender as complexidades envolvidas na educação inclusiva. Os participantes foram selecionados através de uma amostragem proposital, incluindo dois professores que atuam em contextos educacionais distintos na cidade: um professor de ensino fundamental em uma escola periférica e um professor de física em um instituto federal. Essa seleção visou capturar uma ampla gama de experiências relacionadas à educação inclusiva.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, permitindo que os participantes expressassem suas experiências e percepções enquanto forneciam informações específicas sobre sua preparação para trabalhar com alunos com necessidades especiais, os recursos disponíveis e as práticas pedagógicas adotadas. As entrevistas foram transcritas e analisadas utilizando a técnica de análise de conteúdo, que identificou temas e padrões emergentes comparados com as normativas legais e o referencial teórico adotado. As perguntas de análise focaram em como as políticas de educação inclusiva são interpretadas e implementadas pelos educadores e quais desafios e sucessos são percebidos na inclusão de alunos com deficiências.

Em conformidade com os padrões éticos, todas as entrevistas foram conduzidas após a obtenção do consentimento informado dos participantes, assegurando o anonimato para proteger sua privacidade e a confidencialidade das informações coletadas. Esta abordagem metodológica proporcionou insights valiosos sobre a realidade da educação inclusiva em Pelotas, destacando a necessidade de políticas mais efetivas e práticas de suporte adequadas.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Este estudo se apoia no referencial teórico da complexidade, conforme proposto por Edgar Morin (2001), para explorar a implementação da educação inclusiva. Morin, um filósofo e sociólogo francês, destaca a importância de entender as questões educacionais através de uma perspectiva que reconhece a interdependência e a multidimensionalidade dos elementos envolvidos. Sua teoria é particularmente relevante para este estudo, pois a educação inclusiva, por sua natureza, envolve uma rede complexa de fatores legais, pedagógicos, sociais e individuais que interagem de maneiras não lineares e muitas vezes imprevisíveis.

A abordagem de Morin enfatiza que para lidar efetivamente com a realidade complexa, é necessário adotar uma visão holística e integrativa. Na educação inclusiva, isso significa considerar não apenas as necessidades individuais dos alunos com deficiência, mas também como essas necessidades interagem com o ambiente escolar, as políticas educacionais, as práticas pedagógicas e as atitudes sociais. Morin critica as abordagens reducionistas que tentam simplificar excessivamente problemas complexos, e sugere que a verdadeira compreensão e eficácia surgem da consideração de múltiplas perspectivas e da aceitação da incerteza e da ambiguidade como partes inerentes ao processo educativo.

Aplicando a teoria da complexidade de Morin ao contexto da educação inclusiva, este estudo busca identificar e analisar as dinâmicas e interações que influenciam a efetividade das políticas de inclusão educacional. Ao fazer isso, o estudo visa contribuir para um diálogo mais profundo sobre como as escolas podem melhor adaptar suas estruturas e práticas para criar ambientes verdadeiramente inclusivos que atendam a todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

## CONCEITO DE DEFICIÊNCIA

Segundo (BUCHALLA, 2003) desde há algum tempo, particularmente desde 1972, a Organização Mundial da Saúde (OMS) vem tentando encontrar uma forma de abordar as consequências das doenças. Historicamente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) iniciou uma jornada para classificar as deficiências, incapacidades e desvantagens em 1980 com a criação da Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (ICIDH). Esta classificação tinha como objetivo fornecer um padrão que pudesse ser usado globalmente para melhorar a consistência e comparabilidade dos dados sobre saúde e deficiência.

A ICIDH definia "deficiência" como qualquer perda ou anormalidade de natureza psicológica, fisiológica ou anatômica. "Incapacidade" referia-se a qualquer restrição ou falta (resultante de uma deficiência) da capacidade de realizar uma atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano. Finalmente, "desvantagem" descrevia uma situação desvantajosa para um dado indivíduo, resultante de uma deficiência ou incapacidade, que limitava ou impedia o cumprimento de um papel que seria normal (dependendo da idade, sexo, fatores sociais e culturais) para esse indivíduo.

No entanto, ao longo dos anos, percebeu-se que a ICIDH, embora útil, era insuficiente por não considerar o contexto social em que as pessoas vivem. Isso levou ao desenvolvimento da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) em 2001, também pela OMS. A CIF adotou uma abordagem mais holística, não apenas focando nos aspectos clínicos da deficiência, mas também considerando o contexto social e os fatores ambientais que afetam a vida das pessoas com deficiência.

A CIF classifica as questões de funcionalidade em três inter-relacionadas áreas:

1. Funções e estruturas do corpo: problemas em funções ou alterações estruturais, como paralisia ou cegueira.
2. Limitações na atividade: dificuldades enfrentadas por uma pessoa na execução de tarefas ou ações.
3. Restrições de participação: problemas enfrentados por uma pessoa em envolver-se em situações de vida.

Esta mudança conceitual reflete uma compreensão mais profunda de que a deficiência não é apenas uma questão de 'anormalidade' biológica, mas também um produto complexo de fatores individuais e sociais que interagem de várias formas. É neste contexto que o referencial teórico de Edgar Morin (2001) sobre a complexidade se torna

especialmente pertinente. A teoria da complexidade nos ajuda a entender que a educação inclusiva não é apenas uma questão de acomodar estudantes com necessidades especiais dentro de sistemas existentes, mas de reestruturar esses sistemas para atender a todas as necessidades, reconhecendo e abraçando a diversidade humana como parte integrante e essencial do processo educacional.

## **UMA ABORDAGEM LEGAL DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA**

Este capítulo examina as bases legais para a educação inclusiva, destacando como as leis são formuladas para garantir o acesso e a qualidade da educação para alunos com deficiência. No Brasil, a legislação de educação inclusiva está ancorada na Constituição Federal, que assegura o direito à educação como inalienável e obrigatório, e é detalhada em leis como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece diretrizes para a educação especial.

Além disso, o Brasil promulgou a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que entrou em vigor em 2016, reforçando os direitos já garantidos e introduzindo novas diretrizes para a inclusão. Esta lei aborda especificamente as necessidades de adaptações razoáveis e o acesso a recursos que devem ser oferecidos pelas instituições de ensino para permitir que alunos com deficiência participem plenamente em um ambiente educacional inclusivo.

No entanto, apesar dessas proteções legais robustas, a realidade nas escolas muitas vezes não reflete o ideal legislado. Desafios como a falta de recursos, infraestrutura inadequada e preparo insuficiente dos educadores ainda são barreiras significativas. A implementação efetiva dessas leis é inconsistente, o que sugere uma lacuna entre a legislação e a prática educacional real.

Este segmento do estudo ressalta a importância de não apenas ter leis de inclusão bem definidas, mas também garantir que elas sejam acompanhadas de políticas e práticas eficazes que promovam a verdadeira inclusão. A análise enfoca como as escolas interpretam e aplicam essas leis, e quais medidas poderiam ser tomadas para melhorar a situação, garantindo que os direitos dos alunos com deficiência sejam plenamente realizados.

## **FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA TRABALHAR COM DEFICIENTES NA ESCOLA**

Segundo BUCHALLA (2003) a preparação adequada de educadores é crucial para o sucesso da educação inclusiva. Este capítulo discute a formação e capacitação dos professores para lidar com alunos com necessidades especiais nas escolas brasileiras, focando especificamente na realidade das escolas em Pelotas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência destacam a necessidade de formação contínua e específica para professores em ambientes inclusivos.

Apesar da legislação exigir que os professores sejam capacitados para atender às necessidades de todos os alunos, muitos profissionais ainda relatam sentir-se despreparados para enfrentar os desafios da inclusão. As universidades e instituições de formação de professores desempenham um papel crucial neste processo, mas a qualidade e a abrangência da formação oferecida podem variar significativamente.

Em Pelotas, os programas de formação de professores têm buscado incorporar mais conteúdos relacionados à educação especial em seus currículos. No entanto, o descompasso entre a teoria ensinada e a prática pedagógica ainda é evidente. Muitos educadores apontam a falta de recursos práticos, como materiais didáticos adaptados e suporte especializado, como barreiras significativas para a implementação efetiva de práticas inclusivas. A inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares exige um trabalho colaborativo que ultrapassa o papel exclusivo do professor em sala de aula. É necessário um atendimento interdisciplinar, que envolva diferentes profissionais da educação e da saúde, trabalhando de forma integrada para promover o desenvolvimento integral desses alunos. Conforme apontado por Prado e Rico (1992), o atendimento interdisciplinar a pessoas com deficiência mental segue uma perspectiva sociointeracionista, na qual múltiplos agentes educativos participam ativamente do processo de ensino-aprendizagem, promovendo o suporte necessário para que os alunos possam superar suas dificuldades e atingir seu potencial. Nesse contexto, o trabalho conjunto entre professores, psicopedagogos, assistentes sociais e outros profissionais se torna essencial para uma educação inclusiva eficaz.

Este segmento do estudo sugere a necessidade de uma abordagem mais integrada na formação de educadores, que combine conhecimentos teóricos com experiências práticas robustas. Além disso, enfatiza a importância de parcerias entre as escolas e as instituições de formação de professores para garantir que os futuros educadores estejam verdadeiramente preparados para atuar em ambientes educacionais inclusivos, transformando os princípios de inclusão em práticas efetivas dentro da sala de aula. A

realidade evidenciada por uma pesquisa em âmbito nacional mostrou que os professores, de maneira geral, não estão preparados para receber em sua sala de aula alunos especiais (GLAT; FERREIRA; OLIVEIRA; SENNA, 2003).

## **A INCLUSÃO EM CURSOS DE PEDAGOGIA EM PELOTAS**

Este segmento do estudo aborda a presença e a integração da educação inclusiva nos currículos dos cursos de Pedagogia em Pelotas, analisando como as universidades preparam futuros educadores para trabalhar com alunos com necessidades especiais. A análise focou em instituições de ensino superior locais e um polo de uma universidade à distância situado na cidade.

Na Universidade Católica de Pelotas (UCPel), identificamos uma disciplina específica denominada "Educação Inclusiva", oferecida no terceiro semestre do curso de Pedagogia, com uma carga horária de oitenta horas. Este achado indica um comprometimento explícito da instituição com a formação em práticas inclusivas. Por outro lado, na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), não foi possível encontrar disciplinas com o título explicitamente ligado à educação inclusiva dentro do curso de Pedagogia, embora os objetivos gerais do curso sugiram um compromisso com a formação de educadores capacitados para trabalhar em ambientes inclusivos.

A análise estendeu-se também à Universidade Anhanguera, onde, apesar de o curso de Pedagogia listar a educação inclusiva como um de seus principais objetivos, não há disciplinas específicas com esse foco na estrutura curricular apresentada. Esta discrepância entre objetivos declarados e currículo efetivo levanta questões sobre a profundidade e a eficácia da preparação oferecida aos futuros professores.

Finalmente, no Centro Universitário Internacional (UNINTER), que oferece o curso de Pedagogia à distância com um polo em Pelotas, a única disciplina identificada que se relaciona diretamente com a educação inclusiva é Libras, também com uma carga horária de oitenta horas. Essa disciplina é crucial para a comunicação inclusiva, mas a ausência de outras disciplinas focadas em diferentes aspectos da educação inclusiva pode ser vista como uma limitação.

Embora o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172, destaque a necessidade de inclusão de conteúdos específicos sobre educação especial nos currículos de formação de professores em todos os níveis, o levantamento sugere que ainda há um caminho significativo a ser percorrido para que essa diretriz se traduza em uma realidade



consistente e eficaz em todos os estabelecimentos de ensino superior. A integração efetiva de disciplinas de educação inclusiva nos currículos de Pedagogia é essencial para preparar adequadamente os futuros educadores para atender à diversidade de necessidades dos alunos nas salas de aula contemporâneas.

## **ENTENDENDO A SITUAÇÃO EM ESTUDO DE CASO**

Este capítulo detalha a implementação da educação inclusiva em duas situações distintas em Pelotas, explorando os desafios e as práticas através de entrevistas com dois professores. O estudo não seguiu critérios rigorosos de seleção, mas sim a disponibilidade dos profissionais para compartilhar suas experiências.

### **Caso 1: Ensino Fundamental na Periferia**

A primeira situação envolve uma professora do ensino fundamental, que leciona em uma escola localizada na periferia da cidade. Formada em Pedagogia com especializações em Psicopedagogia e Orientação Educacional, ela relata sua experiência com um aluno do sexo masculino, matriculado no quarto ano, que possui baixa visão e deficiência intelectual. A professora destaca que recebeu pouca informação sobre a condição do aluno, apenas um laudo médico, sem orientações detalhadas sobre como adaptar seu método pedagógico às necessidades dele.

Ela observa que, apesar das dificuldades do aluno para assimilar conteúdos devido à deficiência intelectual, ele mostra grande interesse em aprender, o que facilita sua participação e engajamento nas aulas. No entanto, a presença de uma professora auxiliar, embora intencionada para ajudar, muitas vezes distrai o aluno e os demais, pois as atividades aplicadas são frequentemente desvinculadas do contexto geral da sala.

### **Caso 2: Ensino Técnico no Instituto Federal**

O segundo caso analisa a experiência de um professor de física no Instituto Federal Sul-rio-grandense. Ele trabalha com um aluno com síndrome de Down, matriculado no curso técnico de Química. Este é o primeiro contato do professor com um aluno com necessidades especiais, e ele relata desafios específicos, como a dificuldade do aluno em compreender conceitos abstratos da física, apesar de sua boa alfabetização e interação social.



As estratégias adotadas incluem avaliações adaptadas e o acompanhamento por um monitor, visando acomodar as necessidades educacionais do aluno. No entanto, o professor ressalta a insuficiência de sua formação inicial e continuada para lidar com tais desafios, apontando para a necessidade de uma preparação mais robusta para educadores no contexto da inclusão.

### **Condições de Inclusão nas Escolas**

As condições de inclusão variam significativamente entre as instituições. Na escola municipal, a falta de infraestrutura adaptada, como banheiros acessíveis, evidencia uma realidade de exclusão, não obstante a legislação vigente. Por outro lado, o Instituto Federal demonstra melhor preparo, com instalações acessíveis e suporte do Napne, refletindo uma integração mais efetiva das políticas de inclusão.

Estes estudos de caso ilustram a complexidade e a variabilidade na implementação de práticas inclusivas, destacando a discrepância entre a legislação e a prática educativa. Eles revelam a importância de uma formação docente mais eficaz e de melhorias na infraestrutura escolar para suportar a inclusão de maneira digna e eficiente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo buscou explorar a implementação da educação inclusiva em Pelotas, apoiado na legislação brasileira que norteia tal prática através do capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) e regulamentado pelo Decreto nº 7.611, de 2011, que trata da educação especial e do atendimento educacional especializado. Apesar da existência de uma legislação robusta que orienta as escolas a adaptarem-se para oferecer educação inclusiva de qualidade, as entrevistas realizadas com professores revelam uma realidade distinta da idealizada pela legislação.

O estudo demonstrou que, embora a legislação seja abrangente e esteja alinhada tanto em níveis federal, estadual quanto municipal, a eficácia de sua implementação é variável. Nas entrevistas, foi possível observar que professores de diferentes contextos educacionais enfrentam realidades distintas. Um professor de uma escola na periferia relatou falta de recursos e suporte adequado para atender às necessidades de alunos com deficiência, evidenciando uma desconexão entre a legislação e a prática. Por outro lado, a situação em um instituto federal parecia mais alinhada com as normativas legais, indicando que em alguns casos, as diretrizes são seguidas.

Essa disparidade sugere que, embora exista uma legislação, a fiscalização e o acompanhamento de sua aplicação são insuficientes para garantir que as necessidades de todos os alunos sejam efetivamente atendidas. A falta de distinção nas leis sobre o tipo de escola e as especificidades das deficiências dos alunos reforça a necessidade de uma abordagem mais personalizada e menos uniforme.

O estudo conclui que, para a educação inclusiva avançar de maneira eficaz, é essencial não apenas melhorar a formação dos educadores, mas também garantir que todas as escolas estejam equipadas para atender às diversas necessidades de seus estudantes. As experiências relatadas pelos professores apontam para a necessidade urgente de uma preparação mais ampla e integrada, que transcenda a simples aderência à legislação e se enraíze em uma compreensão profunda e prática das demandas da educação inclusiva.

A realidade exposta neste estudo reflete a complexidade da educação inclusiva e sublinha a importância de estratégias que efetivamente articulem teoria e prática. Ao fazê-lo, podemos começar a construir um terreno mais sólido para a inclusão educacional, onde todos os alunos têm suas necessidades atendidas de maneira equitativa e eficaz, conforme prometido pela legislação brasileira.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.611.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9394/96). 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm). Acesso em: 02/05/2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 22/04/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos.

Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>. Acesso em: 20/04/2024.

BUCHALLA, C. M. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Acta Fisiátrica, 2003.

GLAT, R.; FERREIRA, J. R.; OLIVEIRA, E. da S.; SENNA, L. A. G. Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil. Relatório de consultoria técnica, Banco Mundial, 2003.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PRADO M. M. R, RICO D. F. N. O atendimento interdisciplinar a pessoas portadoras de deficiência mental: uma perspectiva sociointeracionista. Revista Terapia Ocupacional. 1992.

UNITED NATIONS. Convention on the Rights of Persons with Disabilities. Geneva, United Nations, 2006.